



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

MANHÃ

## ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE - CONTABILIDADE

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



### TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor, o tipo e o cargo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor, tipo ou cargo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## Língua Portuguesa

Texto 1 – Células-tronco podem ser o segredo da origem e evolução de seres multicelulares [fragmento; adaptado]

Por Bruno Vaiano

Ernst Haeckel era estudante de medicina, filho de um conselheiro da corte prussiana, e “provavelmente o homem mais bonito que eu já havia visto”, escreveu um de seus alunos. Ele e sua prima de primeiro grau, Anna, eram apaixonados desde a adolescência – o que, longe de ser um problema, era o sonho de todo clã aristocrático da Europa no século 19: Darwin, por exemplo, se casou com sua prima, e o irmão dela, com a irmã de Darwin. A ideia era manter a herança na família e preservar o poder dos sobrenomes.

Haeckel era o partidão perfeito, não fosse um problema: sua semelhança com Darwin não parava no casamento endogâmico. Ele também queria ser naturalista. O que, no século 19, equivalia a contar para seu tio-do-pavê-e-futuro-sogro que você largaria Medicina da USP para ser músico. Para convencer a família de que conseguiria sustentar sua prima-noiva, ele saiu em turnê pelo sul da Europa, estudando animais marinhos nas praias e desenhando-os em minúcias.

Deu certo. Haeckel escreveu best-sellers, virou professor universitário e suas ilustrações foram uma sensação. Com a grana no bolso, casou-se com Anna. Um ano e meio depois, aos 29 anos, ela morreu (talvez de febre tifoide, mas não houve diagnóstico). Deprê e niilista, ele abandonou a fé religiosa e abraçou de vez a evolução por seleção natural. Viciou-se em trabalho, dormia quatro horas por noite e começou a traçar imensas árvores da vida na Terra, que indicavam o grau de parentesco entre as espécies.

Nem todos os insights de Haeckel estavam certos. Mas, dentre suas hipóteses de arrepiar os cabelos da Igreja, uma, em particular, sobrevive na biologia: nós (e todos os animais da Terra) somos netos do Bob Esponja.

### Questões porosas

As esponjas são tubos de células que se apoiam em rochas, no fundo do mar. A água entra pelas paredes desses cilindros, que filtram os nutrientes e deixam o resto sair pela abertura no topo. [...]

Em 1874, Haeckel percebeu que as células filtradoras de comida das esponjas, os coanócitos, têm exatamente a mesma arquitetura de micróbios aquáticos chamados coanoflagelados. Eles são criaturinhas microscópicas inofensivas e onipresentes nas águas da Terra [...].

Pertencem ao reino Protista, aquele em que os biólogos põem as coisas que eles não sabem direito o que são (rs). Um saco de gatos taxonômico. Protistas não são fungos, animais nem plantas. Mas suas células têm estruturas complexas que esses seres vivos grandões também apresentam – como um núcleo para guardar o DNA, e usinas de geração de energia chamadas mitocôndrias. [...]

Existem protistas multicelulares, visíveis a olho nu, como as algas (pois é, elas não são plantas). Mas muitos, como as amebas e protozoários, são feitos de uma célula só. É o caso dos coanoflagelados. Vistos no microscópio, eles têm a forma de uma bola em cima de um cone. Como a silhueta de um buraco de fechadura, ou de um peão de xadrez. A bola é a célula em si, onde fica o DNA e o resto do maquinário biológico. Já o cone é formado por 30 ou 40 microvilosidades, filamentos que parecem tentáculos de uma água-viva. Do centro desse cone, emerge um filamento maior, chamado flagelo, parecido com o que equipa os espermatozoides – e com a mesma função: nadar. O conjunto da obra fica assim: ~>O

É de se imaginar que esse rabinho ficasse atrás, empurrando a célula, como ocorre com o espermatozoide. Mas a verdade é que ele nada ao contrário, com o cone e o rabinho para frente. Como um avião com hélice no nariz: O<~

O coanoflagelado se move assim porque as microvilosidades atuam como “boca”: vão captando bactérias e pequenas partículas de material orgânico que pairam na água.

A sacada de Haeckel foi que uma esponja-do-mar funciona como uma colônia de coanoflagelados, que se uniram em uma muralha para aumentar a área de captação de comida. A diferença é que eles abanam coletivamente seus flagelos – lembre-se, os “rabinhos” – para sugar a água para dentro da esponja, e não para se mover. Um é Maomé indo à montanha, o outro atrai a montanha para Maomé. Os coanócitos das esponjas atuais seriam herdeiros de coanoflagelados. Protistas em carreira solo que se juntaram para formar o primeiro animal, o ancestral comum de toda a fauna da Terra.

Vale esclarecer algo: isso não quer dizer que nossos ancestrais sejam os mesmos coanoflagelados que hoje nadam pelados em Santos. Eles eram, isso sim, um protista pré-histórico, que existiu há uns 700 milhões de anos, muito parecido tanto com os coanoflagelados quanto com as células das esponjas – e cuja linhagem se bifurcou para dar origem a ambos. [...]

### Carambolas

A hipótese esponjosa de Haeckel permaneceu incólume, por 140 anos, como nossa melhor explicação para a origem dos animais. Até que apareceram as carambolas do mar – nome popular dos ctenóforos, bichos aquáticos translúcidos e gelatinosos, que lembram águas-vivas com forma de bola de rugby. Em 2017, um estudo comparativo de genomas identificou as carambolas, e não as esponjas, na raiz da irradiação dos animais. E essa conclusão tem respaldo no registro fóssil: no sul da China, há um fóssil de carambola de 631 milhões de anos na formação geológica de Doushantuo – uma data que corresponde à época mais aceita para a origem dos seres multicelulares.

Nem uma coisa nem outra são suficientes para tirar o trono pioneiro das esponjas. Afinal, sempre dá para encontrar um fóssil mais antigo – neste exato momento, uma potencial esponja de 890 milhões de anos está gerando debate entre paleontólogos. O registro geológico não é uma foto perfeita da realidade, principalmente quando estamos tratando de animais moles, que geralmente se decompõem sem deixar rastro. Além disso, análises filogenéticas estão sujeitas a alguma incerteza: métodos e pesquisadores diferentes extraem conclusões distintas dos mesmos DNAs.

Seja como for, essas duas descobertas reacendem o debate. E afora as carambolas, há um outro front de pesquisa que desafia as ideias de Haeckel: a investigação de protistas ainda mais estranhos que os coanoflagelados, que alternam entre estágios de vida uni e multicelulares.

Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/celulas-tronco-podem-ser-o-segredo-da-origem-e-evolucao-de-seres-multicelulares/>

1

Do ponto de vista da sua organização estrutural, o texto 1 é dividido em três blocos: o primeiro vai do parágrafo 1 ao parágrafo 4 (e não tem título próprio); o segundo vai do parágrafo 5 ao parágrafo 12 (sob o título “Questões porosas”); e o terceiro vai do parágrafo 13 ao parágrafo 15 (sob o título “Carambolas”).

Cada um desses blocos se caracteriza, respectivamente, pela predominância do seguinte tipo textual:

- (A) narração, narração e injunção;
- (B) descrição, injunção e descrição;
- (C) narração, exposição e exposição;
- (D) descrição, narração e injunção;
- (E) exposição, narração e narração.

2

O primeiro bloco do texto 1 pode ser dividido internamente em três partes: uma contextualização, que apresenta uma situação de estabilidade na vida de Ernst Haeckel (parágrafos 1 e 2); uma ação complicadora, que apresenta uma mudança de rumo na vida de Haeckel (parágrafos 2 e 3); e uma avaliação, em que se comenta sobre a relevância atual dos estudos de Haeckel (parágrafo 4).

Do ponto de vista formal, essas três partes se distinguem pela predominância, respectivamente, de:

- (A) pretérito imperfeito, pretérito perfeito e presente;
- (B) discurso indireto, discurso direto e discurso indireto livre;
- (C) frases declarativas, frases interrogativas e frases imperativas;
- (D) função emotiva, função conativa e função poética;
- (E) orações subordinadas, orações coordenadas e orações absolutas.

3

O texto 1 é uma reportagem de divulgação científica. Uma consequência desse fato na superfície textual é a presença abundante de linguagem conotativa, cuja função é tornar um assunto potencialmente difícil mais palatável para o leitor.

A única alternativa em que a palavra sublinhada NÃO tem sentido conotativo é:

- (A) “Mas, dentre suas hipóteses de arrear os cabelos da Igreja, uma, em particular, sobrevive na biologia” (Texto 1, 4º parágrafo);
- (B) “nós (e todos os animais da Terra) somos netos do Bob Esponja.” (Texto 1, 4º parágrafo);
- (C) “como um núcleo para guardar o DNA, e usinas de geração de energia chamadas mitocôndrias.” (Texto 1, 7º parágrafo);
- (D) “É de se imaginar que esse rabinho ficasse atrás, empurrando a célula” (Texto 1, 9º parágrafo);
- (E) “que se uniram em uma muralha para aumentar a área de captação de comida.” (Texto 1, 11º parágrafo).

4

Muitos textos de divulgação científica adotam uma linguagem marcadamente informal, com o objetivo de tornar mais palatável um assunto potencialmente árido.

Dentre as alternativas abaixo, o único caso em que a palavra ou expressão sublinhada NÃO tem, no contexto, caráter informal é:

- (A) “Haeckel era o partidão perfeito, não fosse um problema” (Texto 1, 2º parágrafo);
- (B) “Com a grana no bolso, casou-se com Anna.” (Texto 1, 3º parágrafo);
- (C) “Um saco de gatos taxonômico.” (Texto 1, 7º parágrafo);
- (D) “como um núcleo para guardar o DNA, e usinas de geração de energia chamadas mitocôndrias.” (Texto 1, 7º parágrafo);
- (E) “A sacada de Haeckel foi que uma esponja-do-mar funciona como uma colônia de coanoflagelados” (Texto 1, 11º parágrafo).

5

A linguagem marcadamente informal do texto 1 não se manifesta apenas no vocabulário: ela se evidencia também pela presença de certas estratégias sintáticas e morfológicas.

A única alternativa em que a estratégia identificada NÃO corresponde, no contexto, a um uso informal é:

- (A) emprego de estrutura com gerúndio, como se vê em “estudando animais marinhos” (Texto 1, 2º parágrafo);
- (B) emprego de adjetivo formado por abreviação vocabular, como se vê em “Deprê e niillista” (Texto 1, 3º parágrafo);
- (C) emprego do sufixo de aumentativo “-ão”, como se vê em “seres vivos grandões” (Texto 1, 7º parágrafo);
- (D) emprego do sufixo de diminutivo “-inho”, como se vê em “com o cone e o rabinho para frente” (Texto 1, 9º parágrafo);
- (E) emprego da construção “dar para”, como se vê em “dá para encontrar um fóssil mais antigo” (Texto 1, 14º parágrafo).

6

Dada a necessidade de explicar assuntos técnicos para um público leigo, textos de divulgação científica tipicamente contêm apostos explicativos.

Dentre as alternativas abaixo, aquela em que a sequência isolada por travessão funciona como aposto explicativo é:

- (A) “Mas suas células têm estruturas complexas que esses seres vivos grandões também apresentam – como um núcleo para guardar o DNA [...]” (Texto 1, 7º parágrafo);
- (B) “Do centro desse cone, emerge um filamento maior, chamado flagelo, parecido com o que equipa os espermatozoides – e com a mesma função: nadar.” (Texto 1, 8º parágrafo);
- (C) “[...] muito parecido tanto com os coanoflagelados quanto com as células das esponjas – e cuja linhagem se bifurcou para dar origem a ambos.” (Texto 1, 12º parágrafo);
- (D) “[...] há um fóssil de carambola de 631 milhões de anos na formação geológica de Doushantuo – uma data que corresponde à época mais aceita para a origem dos seres multicelulares.” (Texto 1, 13º parágrafo);
- (E) “Afinal, sempre dá para encontrar um fóssil mais antigo – neste exato momento, uma potencial esponja de 890 milhões de anos está gerando debate entre paleontólogos.” (Texto 1, 14º parágrafo).

**7**

“Para convencer a família de que conseguiria sustentar sua prima-noiva, ele saiu em turnê pelo sul da Europa [...]” (Texto 1, 2º parágrafo)

O efeito expressivo da expressão sublinhada advém do fato de que ela:

- (A) relativiza uma dificuldade;
- (B) desenvolve uma analogia;
- (C) suaviza um comentário;
- (D) evidencia um paradoxo;
- (E) corrobora uma suspeita.

**8**

“Existem protistas multicelulares, visíveis a olho nu, como as algas (pois é, elas não são plantas).” (Texto 1, 8º parágrafo)

A expressão “pois é” desempenha, na passagem acima, a função de:

- (A) reforçar o caráter multicelular de alguns protistas;
- (B) caracterizar o grupo taxonômico das algas;
- (C) corroborar uma possível conclusão do leitor;
- (D) avaliar uma posição subjetiva dos biólogos;
- (E) questionar um atributo potencial das plantas.

**9**

“Pertencem ao reino Protista, aquele em que os biólogos põem as coisas que eles não sabem direito o que são (rs).” (Texto 1, 7º parágrafo)

Na passagem acima, a sequência “rs” é uma manifestação da seguinte função da linguagem:

- (A) fática;
- (B) referencial;
- (C) poética;
- (D) metalinguística;
- (E) conativa.

**10**

“Carambolas” (Texto 1, Título do 3º bloco)

Na passagem acima, que corresponde ao título do terceiro bloco do texto 1, é possível atribuir à palavra “carambolas” dois significados. Por essa razão, esse título é ambíguo, o que acentua sua expressividade.

Os dois significados possíveis para a palavra “carambolas” na passagem acima estão associados a duas classes gramaticais distintas. São elas:

- (A) advérbio e conjunção;
- (B) substantivo e interjeição;
- (C) adjetivo e preposição;
- (D) pronome indefinido e modalizador;
- (E) palavra denotativa e pronome pessoal.

**11**

“Para convencer a família de que conseguiria sustentar sua prima-noiva” [...] (Texto 1, 2º parágrafo)

“Os coanócitos das esponjas atuais seriam herdeiros de coanoflagelados.” (Texto 1, 11º parágrafo)

Nas passagens acima, o futuro do pretérito é empregado, respectivamente, para:

- (A) fazer uma sugestão de forma polida e expressar um fato futuro em relação ao passado;
- (B) indicar um evento simultâneo ao momento da fala e enfatizar o processo verbal;
- (C) indicar um evento irrealizável e marcar uma ordem enfática;
- (D) marcar um questionamento a alguma afirmação anterior e indicar uma verdade inquestionável;
- (E) expressar um fato futuro em relação ao passado e marcar não comprometimento com a validade do fato expresso.

**12**

“Um é Maomé indo à montanha, o outro atrai a montanha para Maomé.” (Texto 1, 11º parágrafo)

Nessa referência intertextual, os pronomes “um” e “outro” retomam, respectivamente:

- (A) coanoflagelados e esponjas-do-mar;
- (B) tentáculos de uma água-viva e filamento maior;
- (C) células filtradoras e material orgânico;
- (D) micróbios aquáticos e mitocôndrias;
- (E) flagelos e espermatozoides.

**13**

“O coanoflagelado se move assim porque as microvilosidades atuam como ‘boca’ [...]” (Texto 1, 10º parágrafo)

“A diferença é que eles abanam coletivamente seus flagelos – lembre-se, os ‘rabinhos’ [...]” (Texto 1, 11º parágrafo)

Nas passagens acima, as aspas em “boca” e “rabinhos” desempenham a função de:

- (A) indicar a presença de um estrangeirismo;
- (B) marcar o emprego de discurso direto;
- (C) sinalizar a presença de linguagem conotativa;
- (D) evidenciar a existência de um arcaísmo;
- (E) enfatizar a relevância contextual da palavra.

**14**

“Haeckel era o partidão perfeito, não fosse um problema: sua semelhança com Darwin não parava no casamento endogâmico.” (Texto 1, 2º parágrafo)

“Além disso, análises filogenéticas estão sujeitas a alguma incerteza: métodos e pesquisadores diferentes extraem conclusões distintas dos mesmos DNAs.” (Texto 1, 14º parágrafo)

Nas passagens acima, os dois-pontos são usados para introduzir, respectivamente:

- (A) uma exemplificação e uma ênfase;
- (B) uma especificação e uma justificativa;
- (C) uma modalização e uma síntese;
- (D) uma previsão e uma ressalva;
- (E) uma restrição e um clímax.

15

“A ideia era manter a herança na família e preservar o poder dos sobrenomes.” (Texto 1, 1º parágrafo)

Os compêndios gramaticais ensinam que orações introduzidas por “e” têm valor aditivo. Na passagem acima, porém, a oração sublinhada contrai, em relação à sequência anterior, um valor semântico adicional, que se soma ao seu significado aditivo básico.

Esse valor adicional está corretamente identificado na seguinte alternativa:

- (A) causa;
- (B) oposição;
- (C) correlação;
- (D) consequência;
- (E) alternância.

16

“Darwin, por exemplo, (1) se casou com sua prima, (2) e o irmão dela, (3) com a irmã de Darwin.” (Texto 1, 1º parágrafo)

Nessa passagem, estão numerados três casos diferentes de uso da vírgula.

A alternativa que justifica corretamente o emprego da vírgula nessas três situações, respectivamente, é:

- (A) isolar um termo intercalado / separar oração aditiva com sujeito diferente do sujeito da oração assindética / marcar omissão de um verbo;
- (B) separar itens em uma enumeração / sinalizar deslocamento de um adjunto / reforçar a ideia expressa pelo verbo;
- (C) separar orações coordenadas / separar oração adjetiva com sujeito diferente do sujeito da oração assindética / isolar um aposto;
- (D) separar conjunção adversativa / isolar partícula de explicação / marcar omissão de um verbo;
- (E) isolar um termo intercalado / marcar ordem inversa / separar oração adverbial.

17

“Viciou-se em trabalho, dormia quatro horas por noite e começou a traçar imensas árvores da vida na Terra, que indicavam o grau de parentesco entre as espécies.” (Texto 1, 3º parágrafo)

A alternativa em que a oração sublinhada foi convertida para a voz passiva SEM alteração substancial de significado e SEM desvio em relação à norma padrão é:

- (A) que haviam indicado o grau de parentesco entre as espécies;
- (B) que havia sido indicado o grau de parentesco entre as espécies;
- (C) onde o grau de parentesco entre as espécies fora indicado;
- (D) cujo grau de parentesco entre as espécies seria indicado;
- (E) em que era indicado o grau de parentesco entre as espécies.

18

“Para convencer a família de que conseguiria sustentar sua prima-noiva, ele saiu em turnê pelo sul da Europa [...]” (Texto 1, 2º parágrafo)

Nessa passagem, a preposição “para” expressa ideia de finalidade.

A mesma ideia é expressa por essa preposição em:

- (A) “O que, no século 19, equivalia a contar para seu tio-do-pavê-e-futuro-sogro que você largaria Medicina da USP [...]” (Texto 1, 2º parágrafo);
- (B) “O que, no século 19, equivalia a contar para seu tio-do-pavê-e-futuro-sogro que você largaria Medicina da USP para ser músico.” (Texto 1, 2º parágrafo);
- (C) “Mas a verdade é que ele nada ao contrário, com o cone e o rabinho para frente.” (Texto 1, 9º parágrafo);
- (D) “Um é Maomé indo à montanha, o outro atrai a montanha para Maomé.” (Texto 1, 11º parágrafo);
- (E) “[...] uma data que corresponde à época mais aceita para a origem dos seres multicelulares.” (Texto 1, 13º parágrafo).

19

“Protistas em carreira solo que se juntaram para formar o primeiro animal [...]” (Texto 1, 11º parágrafo)

As alternativas a seguir são propostas de reescritura da passagem acima. O único caso em que NÃO se verifica erro quanto ao emprego do pronome relativo é:

- (A) Protistas em carreira solo cuja a união levou ao surgimento do primeiro animal;
- (B) Protistas em carreira solo cuja união formou-se o primeiro animal;
- (C) Protistas em carreira solo cuja união resultou na formação do primeiro animal;
- (D) Protistas em carreira solo que a união acarretou o surgimento do primeiro animal;
- (E) Protistas em carreira solo cuja união dependeu a formação do primeiro animal.

20

Nas alternativas abaixo, observa-se sempre a mesma estrutura: à esquerda, há uma passagem do texto 1; à direita, há uma proposta de reescritura dessa passagem.

O único caso em que essa reescritura NÃO apresenta erro em relação ao uso do acento grave é:

- (A) “Ele também queria ser naturalista.” > Ele também aspirava a ser naturalista;
- (B) “[...] ele abandonou a fé religiosa e abraçou de vez a evolução por seleção natural.” > Ele abandonou a fé religiosa e aderiu de vez a evolução por seleção natural;
- (C) “[...] começou a traçar imensas árvores da vida na Terra [...]” > Passou à traçar imensas árvores da vida na Terra;
- (D) “[...] as células filtradoras [...] têm exatamente a mesma arquitetura de micróbios aquáticos chamados coanoflagelados.” > As células filtradoras têm arquitetura idêntica a de micróbios aquáticos chamados coanoflagelados;
- (E) “Além disso, análises filogenéticas estão sujeitas a alguma incerteza [...]” > Além disso, análises filogenéticas estão sujeitas a dúvidas.

## Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo

21

O ditador XX, que se encontra há décadas no comando do Estado de Direito Alfa, passou a ter ameaçada a sua continuidade no poder em razão da afronta aos mais basilares princípios democráticos. Por tal razão, decidiu outorgar uma nova Constituição, que exortava a democracia em seu preâmbulo, mas que fora cuidadosamente moldada de modo a apenas ratificar o funcionamento das instituições, tal qual o ditador XX idealizara e colocara em prática, de modo a assegurar a continuidade do regime, legitimando-o.

A Constituição outorgada pelo ditador XX deve ser classificada como:

- (A) cesarista;
- (B) semântica;
- (C) plebiscitária;
- (D) consuetudinária;
- (E) de eficácia contida.

22

João foi condenado, em sentença que ainda não transitou em julgado, pela prática de crime, no qual utilizou a internet para alterar dados de interesse público, daí decorrendo grande dano para a coletividade. Em momento posterior, foi editada a Lei federal nº X, que alterou diversos aspectos da norma penal que fora aplicada a João, em alguns casos para exasperá-la, em outros para atenuá-la.

Preocupado com a possível aplicação da Lei federal nº X ao seu caso, João consultou um advogado, sendo-lhe corretamente informado que o referido diploma normativo:

- (A) somente incidirá sobre o seu caso se contiver cláusula expressa de retroação;
- (B) poderá incidir sobre o seu caso se João assim optar ao ser instado a se manifestar pelo juiz de direito;
- (C) somente incidirá sobre o seu caso nos aspectos que se mostrem mais benéficos em relação à lei anterior;
- (D) incidirá integralmente sobre o seu caso, considerando que a sentença proferida ainda não transitou em julgado;
- (E) não incidirá, em nenhum aspecto, sobre o seu caso, considerando a prolação de sentença, ainda que não tenha transitado em julgado.

23

Maria, de nacionalidade espanhola, residia no território brasileiro há mais de quinze anos ininterruptos, com uma reputação ilibada, jamais tendo sofrido qualquer espécie de sanção do Estado brasileiro. Por se identificar com a realidade brasileira, decidiu iniciar uma carreira política.

À luz da sistemática constitucional, Maria:

- (A) não terá direitos políticos, que são privativos dos brasileiros natos, mesmo que se naturalize brasileira;
- (B) é considerada brasileira naturalizada, desde que o requeira, e terá capacidade eleitoral ativa idêntica à dos brasileiros natos;
- (C) somente irá adquirir direitos políticos cinco anos após a aquisição da nacionalidade brasileira, caso venha a se naturalizar;
- (D) ainda não pode se naturalizar brasileira, considerando o período em que reside no território nacional, o que a impede de ter direitos políticos;
- (E) será considerada brasileira naturalizada, caso o seu requerimento seja deferido, e terá capacidade eleitoral ativa e passiva idêntica à dos brasileiros natos.

24

Com o alegado objetivo de proteger os interesses dos consumidores situados em seu território, estabelecendo um equilíbrio entre os referenciais de oferta e demanda, o Estado-membro Alfa editou a Lei estadual nº X, dispondo que a produção das indústrias localizadas em seu território somente poderia ser direcionada ao exterior caso fosse certificado, pela Secretaria de Estado competente, que o mercado local fora regularmente atendido em suas demandas regulares.

À luz da divisão de competências legislativas prevista na Constituição da República de 1988, a Lei estadual nº X é:

- (A) inconstitucional, pois o interesse local deve ser disciplinado em lei municipal;
- (B) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria;
- (C) constitucional, pois os Estados possuem competência legislativa residual nessa matéria;
- (D) constitucional, pois é competência comum da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre a matéria;
- (E) constitucional, desde que observadas as normas gerais editadas pela União, pois os Estados e o Distrito Federal possuem competência legislativa concorrente com a União.

**25**

A sociedade empresária Alfa, com personalidade jurídica de direito privado, recebeu concessão da União para explorar o serviço público de fornecimento de energia elétrica. João, motorista e empregado de Alfa, ao conduzir o veículo da empresa, que transportava material para a ampliação da rede elétrica, atropelou Joana, causando-lhe lesões de natureza gravíssima.

Considerando os balizamentos da narrativa e a sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação a uma ação de reparação de danos, que Joana:

- (A) somente pode ajuizar a ação em face de João, ocasião em que deverá demonstrar a culpa desse agente, pois Alfa é uma empresa privada;
- (B) pode ajuizar a ação em face de Alfa, não precisando provar a culpa de João, embora seja possível a demonstração da culpa exclusiva da vítima para excluir a responsabilidade;
- (C) pode ajuizar a ação em face de Alfa, que responderá em caráter objetivo, não sendo possível a demonstração da culpa exclusiva da vítima para excluir a responsabilidade;
- (D) pode ajuizar a ação em face de João e de Alfa, ocasião em que deverá demonstrar a culpa daquele agente no acidente e a culpa da empresa em escolher e vigiar o seu empregado;
- (E) somente pode ajuizar a ação em face de João, que responderá em caráter objetivo, não sendo possível a demonstração da culpa exclusiva da vítima para excluir a responsabilidade.

**26**

João, juiz de direito no Estado Alfa, respondeu a processo administrativo disciplinar, sendo a decisão a respeito de sua condenação ou absolvição de competência do Pleno do Tribunal de Justiça a que está vinculado.

Para que João possa ser considerado culpado pela prática da infração disciplinar que lhe é imputada, a condenação:

- (A) pode ocorrer por maioria simples dos membros do colegiado;
- (B) exige a maioria absoluta dos membros do colegiado;
- (C) exige a maioria de três quintos do colegiado;
- (D) exige a maioria de dois terços do colegiado;
- (E) exige a maioria dos presentes à sessão.

**27**

Ana, servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, se deparou com um mandado de segurança, de competência originária de uma Câmara Cível, no qual a ordem fora denegada. Ao ver do impetrante, a decisão fora manifestamente contrária à ordem constitucional, o que o levou a interpor o recurso cabível para que a causa fosse reexaminada pelo Superior Tribunal de Justiça.

O recurso que o impetrante irá interpor é o(a):

- (A) recurso especial;
- (B) recurso ordinário;
- (C) recurso de apelação;
- (D) recurso extraordinário;
- (E) reclamação constitucional.

**28**

No pequeno Município Alfa, era identificado um único ente no âmbito da Administração Pública indireta, ente este que, em razão de suas atribuições, contava com um reduzido quadro de pessoal e não apresentava órgãos internos.

À luz dessa narrativa, estamos perante uma hipótese de:

- (A) concentração descentralizada;
- (B) desconcentração centralizada;
- (C) centralização desconcentrada;
- (D) descentralização concentrada;
- (E) desconcentração descentralizada.

**29**

O chefe do Poder Executivo do Município Alfa exarou três atos administrativos: (1) nomeou Maria, aprovada em concurso público de provas e títulos, para ocupar cargo de provimento efetivo; (2) nomeou João para ocupar cargo de provimento em comissão; e (3) concedeu a aposentadoria a Pedro.

Considerando a competência constitucional do Tribunal de Contas de apreciar, para fins de registro, a legalidade de certos atos, é correto afirmar, em relação aos três atos descritos na narrativa, que a referida apreciação:

- (A) é exigida em relação a todos os atos;
- (B) não é exigida em relação a nenhum dos atos;
- (C) é exigida apenas em relação aos atos 1 e 2;
- (D) é exigida apenas em relação aos atos 1 e 3;
- (E) é exigida apenas em relação aos atos 2 e 3.

**30**

João, diretor de determinado órgão público, logo após assumir o cargo, constatou que o seu antecessor, dias antes de deixar o cargo, tinha promovido a anulação de certo ato administrativo, o que conduziu a resultados que lhe pareciam prejudiciais ao interesse público.

À luz dessa narrativa, é argumentativamente defensável a assertiva de que João:

- (A) não pode alterar, em hipótese alguma, o ato do seu antecessor, considerando a coisa julgada administrativa;
- (B) pode vir a anular o ato do seu antecessor, preenchidos os requisitos exigidos, como manifestação da autotutela;
- (C) não pode alterar, em hipótese alguma, o ato do seu antecessor, considerando a preclusão administrativa;
- (D) pode vir a convalidar o ato do seu antecessor, alterando o seu objeto de modo a atender aos objetivos que almeje;
- (E) pode vir a revogar o ato do seu antecessor, por razões de conveniência e oportunidade.

**31**

João, servidor público municipal, foi formalmente cientificado, pelo Ministério Público, de que estava sendo investigado pela prática de improbidade administrativa, em razão da possível ocorrência de enriquecimento ilícito.

Ao consultar um advogado a respeito das características dessa espécie de ilícito e das consequências decorrentes de eventual condenação, foi-lhe corretamente informado, à luz da Lei nº 8.429/1992, que:

- (A) a sua tipologia é exemplificativa;
- (B) o ato pode ter sido praticado com dolo ou culpa;
- (C) eventual condenação pressupõe a prévia condenação penal;
- (D) exige a demonstração do empobrecimento do poder público;
- (E) a condenação só enseja a perda dos bens adquiridos ilicitamente.

**32**

Maria, servidora pública estadual, foi instada, por seu superior hierárquico, a localizar determinado processo licitatório no qual o contratado, entre outros aspectos, deveria elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, além de executar determinado serviço de engenharia.

Ao se inteirar dos balizamentos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, Maria concluiu, corretamente, que o procedimento que deveria localizar versava sobre uma:

- (A) contratação direta;
- (B) empreitada integral;
- (C) contratação integrada;
- (D) contratação semi-integrada;
- (E) empreitada por preço global.

## Legislação Específica

**33**

João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado de Sergipe, foi aposentado em razão de incapacidade permanente para o exercício funcional. Pouco tempo depois, perícia médica constatou que, após ser submetido a um tratamento médico inovador, João se recuperou completamente da patologia que o acometera no passado, o que lhe permitiria voltar a exercer suas funções.

Caso João, nas circunstâncias descritas no enunciado, venha a reingressar no serviço público, no mesmo cargo anterior, estaremos perante um exemplo de:

- (A) acesso;
- (B) reversão;
- (C) readaptação;
- (D) reintegração;
- (E) aproveitamento.

**34**

Maria, servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, foi orientada a encaminhar determinado expediente ao juiz de direito incumbido da Direção do Fórum da Comarca X, que contava com três varas.

Ao se inteirar sobre quem seria o juiz de direito que deveria receber o expediente, Maria concluiu, corretamente, à luz do Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe, que ele é:

- (A) o juiz de direito mais antigo na Comarca X;
- (B) escolhido mediante sorteio público realizado anualmente;
- (C) o juiz de direito que titulariza a Vara de menor numeração;
- (D) designado pelo Tribunal Pleno, a partir de indicação do presidente do Tribunal de Justiça;
- (E) designado pelo presidente do Tribunal de Justiça, a partir de indicação do corregedor-geral da Justiça.

**35**

Maria, servidora estável ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado de Sergipe, foi informada de que o órgão competente declarara a desnecessidade do cargo por ela ocupado, o que decorria da constatação de que as situações fáticas que poderiam ensejar o seu exercício funcional não mais ocorriam na realidade.

À luz da sistemática estabelecida no Regime Jurídico dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Sergipe, é correto afirmar que Maria deve ser:

- (A) demitida;
- (B) exonerada;
- (C) posta em disponibilidade;
- (D) transferida para outra carreira do serviço público estadual;
- (E) aposentada com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

**36**

O Município X, no Estado de Sergipe, era abrangido, juntamente com outro Município, pela Comarca W. Em razão de um forte movimento político-social, foram iniciadas reivindicações populares para a criação de uma nova Comarca, que corresponderia justamente aos limites territoriais do Município X. Considerando os balizamentos oferecidos pelo Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe, a criação alvitrada:

- (A) é expressamente vedada, considerando o princípio da *perpetuatio jurisdictionis*;
- (B) levará em consideração apenas a densidade demográfica do Município X e o movimento forense anual;
- (C) levará em consideração, entre outros fatores, a extensão territorial e a distância para a capital do Estado;
- (D) está sujeita à livre discricção do Tribunal de Justiça de Sergipe, considerando a sua autonomia administrativa e financeira;
- (E) levará em consideração, entre outros fatores, a densidade demográfica do Município X e o número de eleitores inscritos.

**37**

Em determinado feito em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, no qual era prevista a atuação de revisor, foi apresentada uma petição no momento em que os autos se encontravam conclusos com o desembargador que atuava nessa condição.

Nesse caso, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, o desembargador revisor deve:

- (A) encaminhar os autos ao relator, que determinará, ou não, a juntada da petição, e decidirá a matéria sobre a qual versou;
- (B) determinar a juntada, submetendo a matéria à consideração do relator, e decidir os pedidos de preferência de julgamento;
- (C) encaminhar os autos ao presidente do respectivo órgão, que determinará a juntada, ou não, e decidirá a matéria sobre a qual versou;
- (D) determinar a juntada e decidir a matéria versada, ressalvados os pedidos de preferência de julgamento, de competência do presidente do respectivo órgão;
- (E) determinar a apresentação dos respectivos argumentos, como questão de ordem, no dia da sessão de julgamento, salvo se o caso versar sobre matéria criminal, quando determinará a juntada e decidirá.

**38**

Maria, servidora pública do Estado de Sergipe, ficou grávida e, com o objetivo de planejar o lapso temporal em que poderia permanecer na companhia do seu futuro filho, de modo a contribuir para o seu pleno desenvolvimento, realizou uma pesquisa a respeito da possibilidade de fruir férias imediatamente após o término do período de gozo da licença à gestante.

À luz do Regime Jurídico dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe, Maria concluiu, corretamente, que:

- (A) pode vir a fruir as férias da forma alvitrada, desde que não haja prejuízo para o serviço;
- (B) tem o direito subjetivo à fruição das férias da forma alvitrada, o que não lhe pode ser negado pela Administração Pública;
- (C) as férias somente podem vir a ser fruídas da forma alvitrada se Maria possuir dois períodos de férias pendentes de fruição;
- (D) é expressamente vedada a fruição das férias da forma alvitrada, considerando a necessidade de se assegurar a continuidade do serviço;
- (E) as férias somente podem vir a ser fruídas da forma alvitrada se o recém-nascido apresentar patologias que justifiquem a permanência da mãe ao seu lado.

**39**

Em determinado caso concreto, nos termos estabelecidos em lei, era necessária a realização do serviço de degravação do interrogatório e dos depoimentos prestados em determinada sessão de julgamento do Tribunal do Júri de certa comarca do Estado de Sergipe.

À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, a referida degravação é de competência:

- (A) do presidente do Tribunal;
- (B) do Conselho da Magistratura;
- (C) do corregedor-geral da Justiça;
- (D) do vice-presidente do Tribunal;
- (E) da Assessoria Especial junto à Presidência.

**40**

Determinado juiz de direito do Estado de Sergipe proferiu decisão administrativa no âmbito da fiscalização de uma unidade prisional, o que gerou grande irrisignação junto a alguns interessados diretos.

Em situações dessa natureza, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, é correto afirmar que a referida decisão:

- (A) é irrecorrível;
- (B) pode ser objeto de recurso para o Tribunal Pleno;
- (C) pode ser objeto de recurso a ser julgado pelo presidente do Tribunal;
- (D) pode ser objeto de recurso a ser julgado pela Seção Especializada;
- (E) pode ser objeto de recurso a ser julgado pela Corregedoria-Geral da Justiça.

## Conhecimentos Específicos

41

Uma empresa comercial determinou os seguintes valores para seu estoque no final em 20X3:

Custo histórico R\$ 100.000;

Custo de substituição R\$ 70.000;

Valor realizável líquido R\$ 90.000;

Valor realizável líquido mais uma margem de lucro normal R\$ 98.000;

Valor justo R\$ 95.000.

Considerando-se as informações apresentadas, o valor que a empresa deve mensurar no estoque no Balanço Patrimonial é de:

- (A) R\$ 70.000;
- (B) R\$ 85.000;
- (C) R\$ 90.000;
- (D) R\$ 95.000;
- (E) R\$ 100.000.

42

Uma empresa comercial decidiu mudar seu método de avaliação de estoque de "PEPS" para "UEPS" em um período de alta de custos.

Nesse sentido, considerando-se as informações apresentadas, o resultado da mudança no estoque final e no lucro líquido são:

- (A) mesmo valor do estoque final e aumento do lucro líquido;
- (B) aumento do estoque final e diminuição do lucro líquido;
- (C) diminuição do estoque final e aumento do lucro líquido;
- (D) aumento do estoque final e aumento do lucro líquido;
- (E) diminuição do estoque final e diminuição do lucro líquido.

43

Em 1º de julho de 20X3, uma empresa comercial tomou emprestado R\$ 30.000 de um banco por um período de cinco anos. Em 5 de julho, a empresa usou o dinheiro como entrada para comprar equipamentos no valor de R\$ 50.000. Considerando-se somente as informações apresentadas, na demonstração dos fluxos de caixa para o ano encerrado em 31 de dezembro de 20X3, a empresa divulgou um(a):

- (A) redução de R\$ 20.000 nas atividades operacionais e aumento de R\$ 50.000 nas atividades de investimento;
- (B) redução de R\$ 50.000 nas atividades de investimento e aumento de R\$ 50.000 nas atividades de financiamento;
- (C) aumento de R\$ 30.000 nas atividades de investimento e aumento de R\$ 50.000 nas atividades de financiamento;
- (D) redução de R\$ 50.000 nas atividades de investimento e aumento de R\$ 30.000 nas atividades de financiamento;
- (E) aumento de R\$ 25.000 nas atividades de investimento e aumento de R\$ 25.000 nas atividades de financiamento.

44

Uma empresa comercial apresentou as seguintes informações referentes a um de seus veículos adquiridos em 1º de janeiro de 2018:

Custo do veículo R\$ 50.000;

Vida útil estimada 5 anos;

Vida útil estimada 100.000 quilômetros;

Valor residual estimado R\$ 10.000;

Quilômetros reais percorridos em 2018 = 30.000, em 2019 = 20.000, e em 2020 = 15.000.

Considerando-se somente as informações apresentadas e que nenhuma estimativa foi alterada durante a vida útil do ativo, a despesa de depreciação de 2020 para o veículo usando o método da soma dos dígitos foi de:

- (A) R\$ 6.000;
- (B) R\$ 8.000;
- (C) R\$ 10.000;
- (D) R\$ 13.333;
- (E) R\$ 15.000.

45

Uma empresa comercial possui uma dívida de R\$ 600.000, com juros anuais de 10% por cinco anos, datada de 1º de janeiro de 2018. Os juros pagos anualmente em 31 de dezembro foram desembolsados nas datas de vencimento de 31 de dezembro de 2018 e 2019. No entanto, durante 2020, a empresa passou por graves dificuldades financeiras e provavelmente não pagará o principal e os juros, a menos que algumas concessões sejam feitas. Em 31 de dezembro de 2020, a empresa assinou um acordo reestruturando a dívida da seguinte forma:

- Os juros de 2020 foram reduzidos para R\$ 30.000 a pagar em 31 de março de 2021.
- Os pagamentos de juros anuais foram reduzidos para R\$ 40.000 por ano em 2021 e 2022.
- O valor do principal foi reduzido para R\$ 400.000.

Considerando-se as informações apresentadas, o valor do ganho que a empresa deve divulgar sobre a reestruturação da dívida em sua demonstração de resultados para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2020 é de:

- (A) R\$ 120.000;
- (B) R\$ 130.000;
- (C) R\$ 150.000;
- (D) R\$ 200.000;
- (E) R\$ 230.000.

**46**

Em 1º de janeiro de 2023, uma empresa comercial adquiriu uma máquina por R\$ 800.000 e estabeleceu uma taxa de depreciação anual de R\$ 100.000 ao longo de uma vida útil de oito anos. Durante 2026, a empresa aplicou o teste de recuperabilidade da máquina e concluiu que:

- (1) a máquina sofreu deterioração permanente de seu valor operacional, e
- (2) R\$ 200.000 é uma estimativa do valor esperado para ser recuperado pelo uso da máquina. O valor justo da máquina é R\$ 160.000.

Considerando-se as informações apresentadas no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2026, a máquina deve ser divulgada com um valor contábil de:

- (A) R\$ 100.000;
- (B) R\$ 140.000;
- (C) R\$ 160.000;
- (D) R\$ 200.000;
- (E) R\$ 400.000.

**47**

Em 1º de dezembro de 2023, a empresa ABC comprou à vista por R\$ 18,00 todas as 200.000 ações ordinárias em circulação da empresa DEF. Em 1º de dezembro de 2023, o balanço patrimonial da DEF apresentou um valor contábil de ativos líquidos de R\$ 3.200.000. Os valores contábeis são iguais aos valores justos de todos os ativos identificáveis, exceto o imobilizado. O valor justo do ativo imobilizado da DEF excedeu seu valor contábil em R\$ 150.000.

Considerando-se as informações apresentadas, o valor do ágio divulgado no balanço patrimonial consolidado da empresa ABC em 1º de dezembro de 2023 é de:

- (A) R\$ 550.000;
- (B) R\$ 400.000;
- (C) R\$ 250.000;
- (D) R\$ 150.000;
- (E) R\$ 100.000.

**48**

As informações geradas pelas entidades públicas têm naturezas diferentes e são divulgadas para os usuários primários, que delas se utilizam para análises e tomada de decisões.

Informações que possibilitam aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre esses recursos na data de divulgação do relatório, por sua natureza, devem ser apresentadas em demonstrações como o(a):

- (A) balanço patrimonial;
- (B) balanço financeiro;
- (C) demonstração dos fluxos de caixa;
- (D) demonstração das variações patrimoniais;
- (E) demonstração de origens e aplicação de recursos.

**49**

O Balanço Orçamentário é um relatório importante para o acompanhamento da execução orçamentária desde a sua previsão inicial na Lei nº 4.320/1964. A fim de aperfeiçoar as informações desse relatório, algumas modificações em sua estrutura foram feitas pelo MCASP.

No contexto da apresentação das receitas realizadas nessa estrutura, deve-se considerar que:

- (A) são incluídas somente as receitas diretamente arrecadadas pelo órgão;
- (B) correspondem integralmente às variações patrimoniais aumentativas;
- (C) são integralmente consideradas na apuração do resultado orçamentário;
- (D) afetam a apuração do resultado primário somente quando previstas no orçamento do exercício;
- (E) não contemplam a arrecadação de recursos extraordinários.

**50**

Uma entidade pública mantinha uma frota de veículos antiga que gerava altos custos de manutenção. O novo gestor da entidade, após avaliar o cenário, decidiu alienar os veículos antigos e fazer um contrato de locação de frota, de acordo com a demanda da entidade. Ocorre que parte dos veículos antigos não tinha documentação, que foi perdida em um incêndio. Diante desse cenário, foi necessário estimar os valores dos mesmos para fins de alienação.

Um critério que pode ser usado para este propósito é:

- (A) custo de liberação;
- (B) custo de reposição;
- (C) preço presumido;
- (D) valor de mercado;
- (E) valor corrente depreciado.

**51**

A despeito da disposição legal de que o empenho deve ser prévio à realização da despesa, há eventos em que o fato gerador da despesa ocorre depois do empenho e antes da liquidação.

Nesses casos, considerando a informação de natureza orçamentária, a conta a ser debitada no momento da liquidação é:

- (A) Crédito Disponível;
- (B) Crédito Empenhado;
- (C) Crédito Empenhado a Liquidar;
- (D) Crédito Empenhado em Liquidação;
- (E) Crédito Empenhado Liquidado a Pagar.

**52**

Ao definir parâmetros para a escrituração e a consolidação das contas, as entidades públicas devem atentar às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A LRF dispõe sobre o regime de competência para registro de transações, mas prevê a apuração por regime de caixa:

- (A) da assunção de compromissos;
- (B) do resultado dos fluxos financeiros;
- (C) do resultado orçamentário;
- (D) do resultado patrimonial;
- (E) das transações com contraprestação.

53

Após fazer uma análise dos demonstrativos anexos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) ao final do primeiro ano da sua gestão, o gestor de um ente público questionou acerca do montante de receitas e despesas constantes em alguns anexos, em confronto com informações observadas por ele em outros relatórios.

Um dos servidores da área esclareceu ao gestor que, nos demonstrativos do RGF:

- (A) receitas computadas na apuração da receita corrente líquida devem ter sido previstas no orçamento do ente;
- (B) receitas e despesas intraorçamentárias são computadas com as demais informações, sem segregar em linhas específicas;
- (C) receitas intraorçamentárias devem ser deduzidas nos anexos para evitar dupla contagem de recursos;
- (D) recursos destinados a consórcios públicos, pela natureza de tais entidades, não devem ser considerados;
- (E) recursos financeiros destinados ao custeio de empresas estatais não devem afetar a disponibilidade de caixa do ente.

54

Os procedimentos para testar a necessidade de redução ao valor recuperável de ativos mantidos por entidades públicas constituem um avanço em termos de acompanhamento e controle patrimonial. Esses procedimentos permitem analisar se os recursos investidos em um ativo e ainda não depreciados ou amortizados poderão ser recuperados por meio de benefícios econômicos decorrentes do uso ou da venda.

Os procedimentos contábeis patrimoniais, dispostos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), quanto à redução ao valor recuperável de ativos, orientam que:

- (A) aos ativos individuais que não possuem mercado ativo a apuração do valor recuperável é facultativa;
- (B) itens do ativo imobilizado mensurados pelo valor de reavaliação devem ser testados anualmente;
- (C) não é aplicável a ativos intangíveis que são regularmente reavaliados pelo seu valor justo;
- (D) por sua natureza, devem ser prioritariamente aplicáveis a ativos geradores de caixa;
- (E) quando aplicáveis a unidades geradoras de caixa, os testes devem adotar a mensuração pelo valor em uso.

55

Uma entidade adquiriu um equipamento, a ser registrado como ativo imobilizado, para uso em suas operações e incorreu nos gastos descritos a seguir.

Preço de aquisição à vista	R\$ 79.000,00
Outros tributos (não recuperáveis)	R\$ 11.850,00
Custo adicional decorrente de pagamento parcelado	R\$ 7.900,00
Frete e manuseio (para recebimento e instalação)	R\$ 2.300,00
Gastos com manutenções preventivas periódicas	R\$ 2.000,00
Gastos com transferência e reinstalação do equipamento após 1 ano de uso	R\$ 1.600,00
Desconto comercial obtido na aquisição	R\$ 1.500,00

De acordo com as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para mensuração do ativo imobilizado, os valores que podem ser associados ao custo do ativo totalizam:

- (A) R\$ 91.650,00;
- (B) R\$ 93.150,00;
- (C) R\$ 93.250,00;
- (D) R\$ 94.650,00;
- (E) R\$ 99.550,00.

56

No contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público é fundamental ter clareza conceitual para dar o tratamento correto a cada elemento das demonstrações contábeis. Durante um evento de capacitação sobre normas contábeis aplicadas ao setor público, um servidor fez as seguintes perguntas após uma palestra sobre provisões:

I. As provisões deixaram de se referir a ajustes dos valores contábeis de ativos e passaram a se referir apenas a passivos de prazo ou valor incertos?

II. É facultado à entidade pública reconhecer as provisões ou divulgá-las como notas explicativas, conforme julgar relevante?

III. Passivos derivados de apropriações por competência, tais como valores relativos a férias e 13º salário, se enquadram como provisões?

Após analisar as perguntas do servidor durante a capacitação, o palestrante deve responder positivamente somente a(s) pergunta(s):

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

**57**

Na adoção de um sistema para gerar informações de custos em uma entidade, é necessário definir centros de responsabilidade, o que é uma atribuição da alta administração da entidade.

A NBC TSP 34 - Custos no Setor Público orienta que o estabelecimento dos centros de responsabilidade deve ser baseado em requisitos como:

- (A) características dos usuários da informação;
- (B) tipo de sistema de acumulação de custos adotado;
- (C) estrutura organizacional da entidade;
- (D) nível de procedimentos de controle implantados na entidade;
- (E) diretrizes definidas pelos órgãos de controle.

**58**

A gestão dos entes públicos deve ser estruturada de tal forma a assegurar que a atividade financeira do estado seja representativa da capacidade de arrecadação e aplicação dos recursos arrecadados. Com isso, o processo de planejamento e orçamento deve levar a conhecer *a priori* todas as receitas e despesas do governo e dar prévia autorização para respectiva arrecadação e realização.

Esse fragmento de texto se relaciona diretamente aos resultados da aplicação do princípio orçamentário da:

- (A) anualidade;
- (B) especificação;
- (C) exclusividade;
- (D) unidade;
- (E) universalidade.

**59**

Ao revisar projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) de um ente público, um analista de planejamento levantou questionamentos quanto à abrangência dos programas de duração continuada, previstos como conteúdo do PPA. O texto constitucional não explora o conceito, mas a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) contribui com essa lacuna ao definir despesa obrigatória de caráter continuado.

Em termos de prazo, a lei complementar caracteriza como de caráter continuado a despesa:

- (A) compatível com o período mínimo de vigência do PPA em que for autorizada;
- (B) cuja execução se estenda por um período superior a dois exercícios;
- (C) de natureza corrente derivada de investimentos ou de inversões financeiras no período do PPA;
- (D) que contribua com investimentos para redução das desigualdades regionais no médio prazo;
- (E) que cumpra todos os estágios de execução até o final do mandato em que for autorizada.

**60**

Os créditos adicionais também são chamados de mecanismos retificadores do orçamento, pois possibilitam corrigir falhas de planejamento ao longo do exercício e assegurar recursos para a ação pública em situações emergenciais e imprevistas.

Ao preparar a documentação para solicitar um crédito adicional do tipo suplementar, um agente orçamentário deve:

- (A) anexar documentação comprobatória da situação emergencial;
- (B) compatibilizar a nova despesa com a meta de resultado nominal do exercício seguinte;
- (C) indicar compensação do impacto na apuração da receita corrente líquida;
- (D) indicar fontes de recursos suficientes para sua cobertura;
- (E) justificar a não previsão do crédito orçamentário.

**61**

Recentes alterações no texto da Constituição da República de 1988 trouxeram novidades em termos de proposição, aprovação e execução de emendas ao projeto de Lei do Orçamento Anual. Por serem de execução obrigatória até determinados limites, as emendas garantem que os parlamentares destinem parte dos recursos do orçamento do ente para atender suas bases eleitorais, como é o caso das emendas:

- (A) individuais e de relator;
- (B) individuais e de bancada;
- (C) de relator e de comissão;
- (D) de apropriação, se forem individuais;
- (E) de remanejamento, se forem de bancada.

**62**

Um ente estadual recebeu recursos decorrentes de uma emenda parlamentar ao orçamento federal, na modalidade transferência com finalidade definida.

A classificação programática da ação orçamentária a ser custeada com os recursos da emenda era iniciada com o dígito 1, o que significa que a ação orçamentária:

- (A) está alocando recursos a uma despesa de caráter continuado;
- (B) não acarretará impacto na apuração do resultado primário;
- (C) se refere a um projeto, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo;
- (D) será coberta com recursos a serem deduzidos na apuração da receita corrente líquida;
- (E) tem como fonte de custeio recursos diretamente arrecadados.

**63**

Um analista orçamentário está analisando o balancete das receitas arrecadadas por um ente no último bimestre do exercício. O objetivo da análise é avaliar a composição da arrecadação em termos de receita principal e aquelas decorrentes de dívida ativa e multas e juros de mora.

Para selecionar os dados para sua análise, o servidor deve organizá-los utilizando:

- (A) a definição de categoria econômica e origem do recurso;
- (B) os dígitos que definem a espécie do recurso arrecadado;
- (C) o primeiro dígito da origem da receita;
- (D) o último dígito do código da natureza da receita, que corresponde ao tipo;
- (E) o identificador de desdobramento para identificação de peculiaridades da receita.

**64**

O empenho é uma etapa da execução da despesa orçamentária legalmente prevista e consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico.

Ao ser solicitado a fazer a anulação do empenho de uma despesa, um servidor foi consultar a legislação e constatou que o procedimento é possível:

- (A) quando a empresa vencedora do processo licitatório não for habilitada;
- (B) quando o valor do empenho exceder o montante da despesa realizada;
- (C) se for constatado que a despesa a que se refere não está prevista no plano plurianual vigente;
- (D) se houver riscos de descumprimento das metas fiscais no período de apuração e no exercício seguinte;
- (E) somente no momento do encerramento do exercício.

**65**

As transferências voluntárias tiveram suas regras definidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para melhor controle e acompanhamento das transferências de caráter não obrigatório de recursos orçamentários entre entes da federação.

Entre outras coisas, o regramento da Lei complementar define que as transferências voluntárias:

- (A) devem ser destinadas a investimentos por parte do ente beneficiário;
- (B) exigem previsão de programa de investimentos específicos no plano plurianual vigente do ente beneficiário;
- (C) exigem previsão orçamentária de contrapartida do ente beneficiário somente nos casos de cooperação técnica;
- (D) não devem ser computadas como despesas para fins de apuração do resultado primário;
- (E) são materializadas por meio de cooperação, auxílio ou assistência financeira.

**66**

Ao atuar na auditoria interna, os auditores internos devem ser objetivos ao executar seus trabalhos.

As Normas Internacionais para o exercício profissional da auditoria interna entendem que essa objetividade na atuação profissional dos auditores internos:

- (A) depende do escopo definido para o trabalho no período de referência;
- (B) deve ter seus limites definidos no estatuto da auditoria interna;
- (C) é afetada pelos riscos de auditoria identificados no contexto da organização;
- (D) se materializa pela adoção de uma atitude imparcial e isenta;
- (E) é assegurada pela independência organizacional.

**67**

Ao abordar os tipos de trabalho de auditoria, a NBASP 100 (ISSAI 100) - Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público cita o relatório direto e os trabalhos de certificação.

Um profissional auditor deve ter atenção às orientações quanto aos trabalhos de certificação quando:

- (A) realizar auditorias financeiras e/ou de conformidade;
- (B) o objeto do trabalho for mensurado e avaliado pelo auditor;
- (C) o objeto do trabalho for definido pelos objetivos e questões de auditoria;
- (D) o nível de asseguuração do trabalho for definido como limitado;
- (E) os riscos de controles forem avaliados como baixos ou muito baixos.

**68**

Na perspectiva das auditorias operacionais, a materialidade pode ser entendida como a importância relativa de uma questão dentro do contexto no qual ela está sendo considerada.

À luz dos Princípios Fundamentais de Auditoria Operacional, quanto à materialidade:

- (A) ela deve ser avaliada antes dos processos de identificação de riscos;
- (B) em valor monetário, ela pode, mas não precisa, ser uma preocupação primária;
- (C) ela está parcialmente sujeita ao julgamento profissional, devido ao nível de subjetividade;
- (D) ela influencia a definição de procedimentos de auditoria, mas não a avaliação das evidências;
- (E) uma vez definido o seu nível, ele deve ser mantido ao longo do ciclo do trabalho.

**69**

As auditorias devem ser conduzidas de forma a administrar ou reduzir o risco de auditoria, em suas diversas dimensões, a um nível aceitável. Nesse contexto, durante um trabalho de auditoria financeira, um auditor identificou um fator de risco que precisa ser devidamente estimado na condução do trabalho: a responsabilidade por decisões de caráter financeiro e operacional estava a cargo de uma única pessoa.

Esse fator se relaciona às estimativas de risco na dimensão de:

- (A) risco de detecção;
- (B) risco estratégico;
- (C) risco inerente;
- (D) risco operacional;
- (E) risco residual.

**70**

Um auditor foi designado para uma equipe de trabalho de auditoria em uma entidade pública e uma das suas atribuições foi analisar o orçamento da entidade nos últimos cinco anos, com foco no comportamento das rubricas mais representativas em termos de valores orçados e realizados. O objetivo era buscar evidências de variações relevantes.

Um procedimento recomendado para essa atribuição é:

- (A) revisão analítica;
- (B) conferência de cálculos;
- (C) inspeção de documentos;
- (D) circularização interna;
- (E) teste de detalhes de saldos.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

